

CONSTITUCIONALISMO DO

ATRASO

ERNANE SALLES DA COSTA JUNIOR

CONSTITUCIONALISMO DO

ATRASO

CONSTITUCIONALISMO DO
ATRASO

ERNANE SALLES DA COSTA JUNIOR



Copyright © 2017, D'Plácido Editora.
Copyright © 2017, Ernane Salles da Costa Junior.

Editor Chefe
Plácido Arraes

Produtor Editorial
Tales Leon de Marco

Capa, projeto gráfico
Leticia Robini
(Imagem via Wikimedia Commons)

Diagramação
Christiane Morais de Oliveira

Editora D'Plácido
Av. Brasil, 1843, Savassi
Belo Horizonte – MG
Tel.: 31 3261 2801
CEP 30140-007



WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Todos os direitos reservados.
Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida,
por quaisquer meios, sem a autorização prévia
do Grupo D'Plácido.

Catálogo na Publicação (CIP)
Ficha catalográfica

COSTA JUNIOR, Ernane Salles da.
Constitucionalismo do Atraso -- Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2017.

Bibliografia.
ISBN: 978-85-8425-755-3

1. Direito. 2. Direito Constitucional. I. Título.

CDU342

CDD341.2.

GRUPO
D'PLÁCIDO



*
Rodapé



*Aos meus pais e meu irmão,
Meus maiores amores*

AGRADECIMENTO

À minha orientadora do doutorado profa. Mônica Sette Lopes, por sua lindeza, carinho, dedicação e apoio constante, por questionar meus posicionamentos e por me estimular o senso de independência e de responsabilidade.

Ao meu co-orientador do estágio doutoral, professor Olivier Abel do *Fonds Ricoeur* em Paris, um modelo de pessoa e de profissional, um professor que conseguiu conciliar, de uma forma rara e admirável, leveza e profundidade.

Ao professor Marcelo Cattoni, por me mostrar, com suas inquirições acadêmicas e seus ensinamentos, a necessidade de rediscutir e desconstruir as bases sociológicas e jurídicas da ideologia do atraso nacional e por desvelar a urgência de uma reconstrução crítica da Teoria da Constituição.

Ao professor Marcelo Campos Galuppo, por guiar meus primeiros passos acadêmicos e por me mostrar a docência e a pesquisa sob sua melhor luz.

Ao professor Johann Michel da *École des Hautes Études* (EHESS) pelas imprescindíveis lições sobre filosofia política de Paul Ricoeur que abriram a pesquisa a muitas dimensões.

Aos meus colegas pesquisadores do *Fonds Ricoeur* em Paris com os quais muito aprendi.

Aos meus amigos da Pós-graduação da UFMG, especialmente, Luana, Eder, Bela e Renato, pelas horas de trabalho, diálogo e distração.

À minha amiga Rane, uma das pessoas mais lindas que conheço, pelo cuidado de sempre e pela grande ajuda na pesquisa.

Ao meu amigo David Francisco, pelo diálogo constante e pelas sugestões sempre muito produtivas para o texto, uma pessoa incrível e uma fonte de inspiração acadêmica.

Ao meu amigo Marcus Vinícius, pela atenção e pelo diálogo, pelos comentários sempre oportunos e pelas discussões instigantes sobre as imbricações entre política e psicanálise.

À minha amiga Maíra, pela amizade, pelas cervejas filosóficas e pelo comprometimento, criatividade e militância, fontes de inspiração.

Ao meu amigo Luiz, pela amizade e apoio na pesquisa.

Ao meu amigo Henrique Weil, pela interlocução, pela formação e aprendizado em conjunto ao longo desses longos e prazerosos anos de amizade e de intercâmbio acadêmico.

Ao meu amigo Bruno Arruda, pela leitura e revisão atentas do livro, pelo cuidado e atenção aos detalhes, pelas empolgantes discussões e pelo interesse afável, por ser a melhor pessoa que conheço nesse mundo.

Ao corpo docente do Programa de Pós-graduação em Direito da UFMG, por me instigar o espírito crítico e por me ampliar o horizonte de expectativa.

A todos os meus amigos, dentro e fora da academia, pelo amor e pela paciência. Sem vocês eu nada seria.

À CAPES, por permitir, com o financiamento do meu estágio doutoral no Fonds Ricoeur, o aprofundamento e desenvolvimento da investigação acadêmica numa instituição de destaque internacional.

Ao CNPq, por viabilizar financeiramente a pesquisa.

Aos meus pais, ao meu irmão e à Izabela, por continuarem me ensinando, pelo caminho do amor e do incentivo constante, as lições mais importantes da minha narrativa de vida.

“Por que não te ergues, oh Brasil fecundo,
Por vastas ambições, por fortes brios?...
Que glória é esta de mostrar ao mundo,
Em vez de grandes homens, grandes rios?”

Tobias Barreto

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

FSP - Folha de São Paulo

JN - Jornal Nacional

JG - Jornal da Globo

MPL - Movimento Passe Livre

MP - Ministério Público

SUMÁRIO

PREFÁCIO – AS VOZES E A MEMÓRIA: ENTRE GRITOS E SUSSURROS	17
APRESENTAÇÃO	23
INTRODUÇÃO	29
1. ENTRE O DESPERTAR E A LETARGIA: AS JORNADAS DE JUNHO EM DISPUTA	35
1.1. Vinte Centavos	35
1.2. Movimento em rede e centralidade da grande mídia	50
1.3. Do vandalismo ao heroísmo: narrativas em disputa	57
2. ENTRE SLOGANS E GIGANTES: O IMAGINÁRIO BRASILEIRO EM MOVIMENTO	73
2.1. Entre narrativas e identidades: o imaginário em movimento	73
2.2. Gigante pela própria natureza	90
2.3. O Brasil como paisagem	99
2.4. O gigantismo como potencialidade: narrativas sobre letargia	104

2.5. Entre passado e presente: distância ou continuidade?.....	123
---	-----

3. CORRUPÇÃO, DISCURSO E PATOLOGIA: O DESAFIO DE INTERPRETAR AS JORNADAS DE JUNHO.....127

3.1. O Discurso contra a corrupção no contexto das revoltas de Junho.....	127
3.2. Entre o vício cultural e o vício estatal.....	149
3.2.1. A cultura da corrupção como vício nacional ou quando senso comum e teoria científica se encontram.....	152
3.2.2. Brasilidade e corrupção: a origem epistemológica de uma relação.....	159
3.2.3. O peso da tradição e suas incoerências: as patologias de uma identidade contada de uma vez por todas.....	165
3.3. O excesso de memória: entre a espetacularização midiática e a ideologia do atraso nacional.....	175

4. OUVIR A VOZ DAS RUAS CONTRA A CORRUPÇÃO: A DIFÍCIL COESÃO ENTRE CONSTITUCIONALISMO E DEMOCRACIA.....189

4.1. Corrupção, repetição e ruptura constitucional: entre passado e presente.....	189
4.2. A Constituinte Exclusiva e a consciência histórica nas Jornadas de Junho: entre experiências de fracasso e horizonte de utopia.....	202
4.3. Entre direito e política: as incoerências e riscos de uma Constituinte Exclusiva.....	211
4.3.1. O clamor das ruas e o desapareço pelo procedimento.....	212

4.3.2. A Constituição como obstáculo no marco de um constitucionalismo do atraso: a narrativa ressentida da transição por transação.....	219
4.3.3. O titular do poder constituinte: o gigante?.....	229
4.4. O legado de Junho de 2013 e a aceleração do tempo do direito: lineamentos de uma síndrome da urgência.....	239
CONSIDERAÇÕES FINAIS: O QUE DESPERTOU EM JUNHO DE 2013?.....	245
REFERÊNCIAS.....	251

PREFÁCIO

AS VOZES E A MEMÓRIA: ENTRE GRITOS E SUSSURROS

Mas agora o teu cantar
Meu Brasil quero escutar
Nas preces da sertaneja
Nas ondas do rio-mar.

Oh! Este rio turbilhão
Entre selvas e rojão
Continente a caminhar!
No céu! No mar! Na terra!

Canta Brasil!
(Canta Brasil, de Alcyr Pires Vermelho e David Nasser)

Qual é o canto do Brasil que se escuta, entre selvas e rojões, continente a caminhar? Qual é o canto que vale a pena cantar?

O texto que ora se apresenta versa dimensões deste canto cantado (ouvido, guardado, inventado, esquecido) na perspectiva de um momento especial da mobilização popular no Brasil (as jornadas de junho de 2013), a partir dos fluxos memoriais e do esquadrinhamento de um aspecto visceral que é a ideia de corrupção. Não se trata de um canto de glória. Não se trata de enaltecer a graça com o ufanismo da exaltação de um *brasil-brasileiro* para sempre

magnífico. Não se trata do sentimento de derrota passadista e/ou iminente a justificar esperança e desesperança.

Na primeira sessão da Congregação da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais após os movimentos de rua que compuseram aquelas jornadas, havia um alvoroço tão grande na sala entre alunos e professores que ninguém ouvia ninguém. O clamor por uma nota pública que ressaltasse o apoio irrestrito da Faculdade ao movimento. A sensação de que as jornadas representavam um passo relevante nos processos de construção da participação popular. Um grito que consignaria a voz das necessidades. Um berro no qual se vertiam as falas que se sucediam na reunião. A ilusão de que os gritos não consignassem os piores preconceitos. Meu incômodo imenso com a agressividade, com o diálogo truncado, com o desfile de grandes certezas. E foi com medo, muito medo de não conseguir falar, de não ser entendida, que pedi a palavra e disse a única coisa coerente que me pareceu possível naquela hora: uma grande contribuição que a Faculdade poderia dar seria, a reflexão sobre o movimento do ponto de vista dos processos de produção dos fenômenos jurídicos (compreendidos aqui como a lei, a decisão judicial e os atos que consignam o exercício dos poderes da Administração Pública).

O que as placas carregadas pelas pessoas e expostas na visibilidade caótica das redes sociais representavam? Que vozes eram aquelas? De onde elas vinham? O que queriam?

Minha fala não foi rechaçada. Mas no fulgor da hora não sinto que tenha ressoado ou mesmo que as pessoas tenham pensado que havia algum sentido maior nela, que não se expunha pelo berro, pela palavra de ordem, pelo movimento sincronizado em gestos da reação dos alunos a tudo o que se dizia e sobretudo que estava carregada de mais incertezas do que se admitiriam ali. Afinal, não se produz conhecimento sem a escala aberta de não-saberes, de curiosidade. Sem a humildade que leva à indagação.

Por tudo isso, uma das grandes alegrias que experimentei foi acompanhar a pesquisa de Ernane Salles da Costa Junior, vertida neste livro.

O processo empreendeu-se em delicado percurso de verticalização temática que a pudesse tornar viável. Meu desejo era de que ele se embrenhasse na profusão dos cartazes, na colcha de retalhos dos desejos e das demandas e das ideologias que eles representassem. Era de que a pesquisa escavasse os vestígios deixados por uma vivência de direitos e não-direitos e pela natureza do conhecimento jurídico que ela propiciava.

O autor, porém, foi sagaz e trillhou um caminho mais seguro e denso do que a miscelânea difusa para a qual queria levá-lo.

A pesquisa tomou por ponto de partida o questionamento do bordão segundo o qual *o gigante acordara*. Não havia sono anterior a justificar a grandiloquência que se atribuía àqueles dias, como se eles pudessem ser, por si sós, fundadores de uma nova dimensão ou repositórios da ruptura de uma memória total inventada. A recuperação narrativa composta de gritos e cartazes nunca seria efetiva para o dimensionamento da grandeza das contingências históricas e vivenciais.

Por isso, a apropriação temática projetou-se no pensamento de Paul Ricoeur, segundo o qual há uma identidade narrativa que não é “estável e sem falhas: assim como é possível compor várias intrigas acerca dos mesmos incidentes (os quais, com isso já não merecem ser chamados de os mesmos acontecimentos), assim, também, sempre é possível tramar sobre sua própria vida [individual ou coletiva] intrigas diferentes, ou até mesmo opostas”¹. Entender as jornadas de junho de 2013 implica exercitar a construção

¹ RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. v. 3, Campinas: Papyrus, 1997, p. 428

de uma identidade narrativa que seguramente “não cessa de se fazer e de se desfazer”². Era esse o movimento de ir e vir vislumbrado sob a ruidosa manifestação na sala da Congregação da Faculdade de Direito da UFMG em julho de 2013 e que continua relevante hoje e certamente o será nos tempos vindouros.

E isso ganha especial relevância no problema que o autor escolheu como foco central de sua análise: a ideia de corrupção e sua assimilação no caso brasileiro. À imprescindibilidade de não a aceitar como método do fazer e acontecimento de expressiva dimensão nos campos de produção dos fenômenos jurídico-político nacional, justapõe-se a necessidade de elocução aprofundada da casuística e das contingências que se escondem atrás das portas dos gabinetes e nas vertentes amplas da cultura e do imaginário.

Das vozes que percorreram as ruas em junho de 2013 fica o registro da abertura de todas as posições, como se elas tivessem escapado de um silenciamento a que artificialmente tivessem sido lançadas. Na transição entre o que foi gritado e os sussurros que não eram ouvidos em torno das concepções várias das pessoas sobre os processos da vivência de direitos (entre as mais reacionárias e ferozes às mais libertárias e legítimas³) não se pode dizer que apenas a esperança tenha ficado nessa pandora do asfalto e das ruas.

A beleza que há nesse livro é demonstrar a pulsão do fazer e da mobilização de conhecer, que continua aberta, fundada responsabilidade de todos, como empreendimento de seres humanos, viventes e participantes. É o canto que nos cabe cantar na integração de um devir que se fará na

² Op. cit., p. 428.

³ E aqui, nem de longe, se propõe a identificação aritmética e precária entre direita e esquerda, como segmentação certa entre bem e mal.

profusão das narrativas que nos permitirmos, como o reconhecimento de que não há esplendor, enaltecimento, louvor que baste para engendrar o que podemos ser dia após dia.

Mônica Sette Lopes

Professora-associada da Faculdade de Direito da UFMG
Desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região
Doutora em filosofia do direito

APRESENTAÇÃO

O livro de Ernane Salles da Costa Junior traz importantes reflexões sobre acontecimentos recentes da história brasileira. Compreender o que se passa no Brasil nestes anos requer uma análise detida sobre as razões que levam às manifestações de junho de 2013, os governos que antecedem este momento e a fragmentação e destruição do sistema constitucional e do Estado que se segue.

O projeto de país, construído nos governos Lula, apostam na lógica desenvolvimentista, aumento de consumo, e investimentos importantes em direitos sociais e econômicos, atrelados a uma política externa desvinculada de interesses norte-americanos e os habituais alinhamentos com suas políticas e a União Europeia. Os resultados impressionantes deste período apontam para uma movimentação de milhões de pessoas, que de excluídas do sistema de consumo passam a ter acesso a bens de consumo diversos, muitos adquirindo pela primeira vez seu automóvel e sua casa própria, além de acesso a viagens, computadores, celulares, etc.

Na política externa o Brasil passa de mero ator secundário para protagonista internacional ao lado de potências globais ou regionais como China, Rússia, Índia e África do Sul. A criação dos BRICS muda o cenário internacional. Na Região novos governos de esquerda surgem com políticas sociais que transformam a realidade socioeconômica.

Políticas de desenvolvimento regional soberanas são implementadas com a criação de entidades como a CELAC (Comunidade de Estados Latino Americano e Caribenhos) e UNASUL, sem a participação dos EUA.

Estes dois movimentos somados são a explicação para o que virá a seguir. Não ignorando os importantes investimentos em educação e saúde, a inserção social ocorreu principalmente no aumento na capacidade de consumo.

Os investimentos em infra-estrutura e principalmente na qualidade de vida nas cidades, especialmente em mobilidade, foram pequenos ou não tiveram tempo de surtir efeitos. A geração de emprego e crescimento foi fundada no aumento de produção na indústria automobilística entre outros fatores. As cidades se entopem de carros, as obras nas cidades privilegiam o transporte individual. A vida diária na cidade se torna um tormento crescente. As pessoas que passam a ter acesso a bens de consumo que antes não faziam parte de sua vida se frustram com a expectativa de melhoria da qualidade de vida, que de um lado melhora com o aumento de consumo, mas que apresenta novos problemas e desafios.

O cenário da crise está montado. De um lado uma potência econômica e política que acorda e incomoda os habituais “parceiros” hegemônicos, especialmente os EUA. De outro o surgimento de uma nova classe média conservadora, desejanse e individualista, incluída pelo consumo. Soma-se a tudo isto uma elite econômica antinacional e uma mídia concentrada nas mãos dessa mesma elite. Agora é só juntar as peças.

Uma explosão de manifestações difusas ocorre em junho de 2013. Há um enorme incômodo. As pessoas sentem que, mesmo com todo o crescimento econômico, aumento de emprego e aumento da capacidade de consumo o incômodo não desaparece. Há um trauma recalcado, algo de frustração e desejo de continuar “melhorando”. Nas manifestações vemos cartazes que apontam para as mais diversas

direções. Ninguém sabe ao certo o real motivo da insatisfação, mas joga nas ruas aquilo que parece ser o seu motivo.

Este é o ponto. Uma liderança forte pode direcionar esta insatisfação, ou então, a Mídia pode fazê-lo. E isto começa a ocorrer. O governo Dilma tem índices positivos muito grandes de aprovação e as manifestações começam a ser direcionadas para o Congresso Nacional e para a aprovação de pautas como aumento do controle, fortalecimento da polícia, e principalmente de combate à corrupção. Esta é a pauta que vem do Norte (o governo Obama aponta para o combate a corrupção no mundo) e que contaminará toda a política na América Latina a partir de então. Gradualmente. A corrupção não é uma novidade. Sempre houve. Em larga escala. Mas agora o combate a corrupção passa a ser usado politicamente, de forma seletiva, para desmoralizar governos, desestabilizar a região que levantava a cabeça de forma soberana,

Após as jornadas de junho de 2013 a popularidade do governo que antes atingiam índices muito altos, despenca. Este é o momento em que a Mídia direciona toda a sua fúria contra a Presidenta. A campanha é diária e ininterrupta. O governo não governa mais pois sua frágil maioria conseguida projeto a projeto com o apoio do PMDB desaparece. A oposição surge muito forte dentro do próprio governo. As condições para o golpe de estado estão colocadas. Uma opinião pública fortemente manipulada pelos grandes meios de comunicação se mobiliza. O teatro do golpe parlamentar está montado. Em uma tarde de domingo o Brasil e o mundo assistem um espetáculo surreal. Assustador. Deputados negando sua condição de representantes do povo, confessando publicamente a quem realmente representam: seus pais, familiares, filhos, etc. Nas declarações de voto muitos assistem atônitos o ridículo espetáculo. A presidenta é afastada em um teatro parlamentar que se revelará mais tarde com toda a força do absurdo. Contra a Presidenta não há nenhuma prova. Nada.

O governo que assume é formado por homens brancos, ricos e processados. Um Congresso, com parlamentares, em sua maioria, penalmente processados, repete discursos moralistas. Rapidamente começa o desmonte do país. O Brasil encontra-se invadido. Nossas riquezas entregues, os direitos sociais destruídos, os poderes fragmentados, facções se instalam dentro dos poderes. O uso seletivo do processo penal, o que não é novidade, agora é publicamente utilizado. Pessoas contra as quais existem provas públicas de corrupção são poupadas enquanto outras são perseguidas mesmo sem provas. O país se perde. O Gigante adormeceu, de novo ou foi nocauteado, mais uma vez pelo Império do Norte.

Este livro é de extrema importância para compreender tudo isso. Para entender o cuidadoso processo de manipulação da opinião pública. Para entender como milhões de pessoas são levadas a agir contra elas mesmas, contra seu país e seus próprios interesses.

Ernane Salles da Costa Junior nos leva a compreender como “a narrativa da tradição política nacional, como a experiência linear da sonolência, coloca em evidência a tentativa do imaginário social predominante de ressaltar repetidamente a corrupção e suas diversas formas de realização do privado sobre o público, como “continuum” histórico, característica peculiar e estrutural da nossa herança ibérica e formação patrimonial. Assombrada pela obsessão de um passado que não quer passar, a política brasileira é, assim, reificada como lugar único ou privilegiado de satisfação de interesses pessoais, de malandragens e roubalheiras. Tudo se passa como se a história da cidadania, no Brasil, fosse uma grande narrativa única e linear da corrupção congênita do Estado que funcionaria, até os dias de hoje, como uma maldição, uma entidade demiúrgica que tudo explica e tudo assimila.”

Este livro investiga a bandeira anticorrupção e a possibilidade de solução normativa para o problema: uma

constituente originária, exclusiva e temática para fazer a reforma política no Brasil. Será esta a solução?

O professor Ernane Salles da Costa Junior parte da análise das motivações imediatas das “jornadas de junho”, analisando as narrativas que sustentam o imaginário brasileiro, em movimento intenso neste momento. Quais são as identidades em ação, o que significa este “Gigante” deitado em berço esplêndido? Ele efetivamente acordou?

Ernane Salles da Costa Junior enfrenta o enorme desafio de interpretar as “jornadas de junho”, e sua importância histórica para compreender o momento em que vivemos. Importante a análise da construção do senso comum, e como este, por vezes, muitas vezes está distante da teoria, e outras vezes se sustenta nesta.

Entender a construção da identidade nacional é muito importante para podermos entender quem somos e o que podemos ser. Principalmente, entender como a construção da brasilidade serve a interesses outros, diversos e poderosos. O gigante só poderá se liberar quando se conhecer.

Finalmente, o professor Ernane Salles da Costa Junior analisa a importante relação entre constitucionalismo e democracia e como podemos, entre direito e política, buscar saídas para a construção de um outro país. Construir uma outra, ou melhor, outras identidades para e no Brasil.

Trata-se de uma leitura atual e muito importante para pensarmos alternativas. Nos conhecermos é o primeiro passo para qualquer jornada.

José Luiz Quadros de Magalhães⁴

⁴ Professor titular da PUC-MG e professor associado da UFMG; Presidente Nacional (Brasil) da Rede pelo Constitucionalismo-Democrático latino americano; mestre e doutor em Direito pela UFMG.

A imagem do Brasil assim como a imagem de qualquer povo não é produto da história tal como vivenciada, mas tal como foi contada. Ela é resultado de uma seleção narrativa que prioriza certos eventos em detrimento de outros, realça certas visões mais pelo desejo que pela objetividade; é tecida em torno de eventos heterogêneos e, por vezes, discrepantes, num espaço de tensão entre memória e esquecimento. Particularmente no caso brasileiro, a imagem predominante do povo e da política nacional está constantemente associada, de modo pejorativo, ao atraso, à passividade e à corrupção. Assombrada por essa narrativa negativa da experiência brasileira, o povo é identificado quase sempre como ausência e a política como lugar único ou privilegiado de interesses pessoais, de malandrags e roubalheiras. Preso a um discurso compulsivo-repetitivo, o Brasil parece sofrer de um complexo de inferioridade, refletido na imagem estagnada da corrupção congênita do Estado como causa de todos os males sociais. É sobre os riscos e as patologias dessa identidade contada de uma vez por todas que esse livro se coloca a pensar. A proposta aqui foi de examinar particularmente a bandeira anticorrupção que culminou nas jornadas de junho de 2013 e que se encontra presente fortemente nos dias de hoje, suas implicações para o discurso constitucional e a sua importância para interpretar o Brasil desde então.

